

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 106.240 - CE (2018/0326957-8)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : ANTONIO ROSA GUIMARAES NETO (PRESO)
ADVOGADO : LUÍS CARLOS ALENCAR DE BESSA - CE014126
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por ANTONIO ROSA GUIMARAES NETO – preso cautelarmente e pronunciado pela prática de três homicídios qualificados tentados – contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (0628683-29.2018.8.06.0000).

Na ação originária, a defesa alegou ausência de motivos legais para a decretação da prisão preventiva na pronúncia. O Tribunal estadual, contudo, denegou a ordem, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fl. 386):

EMENTA: HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO (TRÊS VEZES). PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA NA PRONÚNCIA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA.

01 - Em se tratando de prisão preventiva, a regra com incidência é a do artigo 312 do Código de Processo Penal, em cujo texto são elencados, além de seus pressupostos, os motivos que a autorizam.

02 - Na hipótese o Paciente, no gozo de liberdade provisória e submetido a medidas cautelares alternativas, foi novamente preso em flagrante delito, em 1.^o-06-2017, acusado da prática de crimes graves - tráfico e associação para o tráfico de drogas, cuja ação penal (n.^o 0140530-19.2017.8.06.0000) tramita na 4.^o Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza. Tal circunstância, é, por si só, suficiente para a decretação da prisão preventiva do Paciente como forma de garantir a ordem pública, nos termos do art. 312, do CPP.

03 - Ordem denegada.

Nas razões do presente recurso, a defesa reitera a alegação de

ausência de motivos atuais e concretos para a decretação da prisão preventiva, na sentença de pronúncia (art. 312 do CPP), notadamente porque o recorrente respondeu ao processo em liberdade e apresenta condições subjetivas favoráveis – primário, trabalha e tem família constituída.

Diante disso, pede, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

A liminar foi indeferida (e-STJ fls. 429/431) e o Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do recurso ordinário (e-STJ fls. 436/439).

É o relatório, **decido**.

A prisão preventiva é uma medida excepcional, de natureza cautelar, que autoriza o Estado, observadas as balizas legais e demonstrada a absoluta necessidade, a restringir a liberdade do cidadão antes de eventual condenação com trânsito em julgado (art. 5º, LXI, LXV, LXVI e art. 93, IX, da CF).

Para a privação desse direito fundamental da pessoa humana, é indispensável a demonstração da existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal.

Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em lastro probatório que se ajuste às hipóteses excepcionais da norma em abstrato e revele a imprescindibilidade da medida, vedadas considerações genéricas e vazias sobre a gravidade do crime.

Destaco os seguintes precedentes do Supremo Tribunal Federal e desta Corte que traduzem bem essa compreensão: STF, HC n. 128.615 AgRg, Relator Ministro CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 18/8/2015, publicado em 30/9/2015; STF, HC n. 126.815, Relator Ministro MARCO

AURÉLIO, Relator p/ Acórdão Ministro EDSON FACHIN, Primeira Turma, julgado em 4/8/2015, publicado em 28/8/2015; STJ, HC n. 321.201/SP, Relator Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 6/8/2015, DJe 25/8/2015; e STJ, HC n. 296.543/SP, Relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 2/10/2014, DJe 13/10/2014.

Estes foram os motivos declinados no acórdão para denegar a ordem, inclusive com a transcrição dos fundamentos do decreto de prisão preventiva (e-STJ fls. 388/389):

Em 13-08-2018, foi indeferido pedido de liberdade provisória ajuizado na origem, mediante a seguinte fundamentação:

"[...]"

Consta do relatório da pronúncia (pág.288): "Em consulta ao sítio do TJ/CE, verifica-se que somente Antônio Rosa Guimarães Neto foi preso por crime posterior em trâmite na 2ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas (autos nº 0140530-19.2017.8.06.0001), enquanto os demais corréus não encontram-se respondendo outras ações penais".

A decretação da prisão preventiva no âmbito da pronúncia decorreu, portanto, da reiteração delitiva, fato superveniente ao benefício recebido da segunda câmara criminal do e. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

*À vista disso, indefiro o pedido de reconsideração.
[...]"*

Consoante se vê dos excertos, o magistrado de primeiro grau decretou e manteve a prisão diante da possibilidade de reiteração delitiva, fundamento suficiente para embasar a adoção da medida extrema.

Com efeito, o Paciente, no gozo de liberdade provisória e submetido a medidas cautelares alternativas, foi novamente preso em flagrante delito, em 1.º-06-2017, acusado da prática de crimes graves - tráfico e associação para o tráfico de drogas, cuja ação penal (n.º 0140530-19.2017.8.06.0000) tramita na 4.ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza.

Tal circunstância, é, por si só, suficiente para a decretação da prisão preventiva do Paciente como forma de garantir a ordem pública, nos termos do art. 312, do CPP. Isso porque a garantia da ordem pública, para fazer cessar a reiteração criminosa, é fundamento suficiente para a decretação e manutenção da prisão preventiva (RHC n. 55.992/SP, Relator Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 19/03/2015, DJe

16/04/2015).

Como se vê, a prisão preventiva foi mantida pelo Tribunal estadual em razão da periculosidade social do recorrente (pronunciado pela prática de três homicídios qualificados na forma tentada) porquanto, embora no gozo de liberdade provisória e submetido a medidas cautelares alternativas, foi novamente preso em flagrante por tráfico de drogas e associação para o tráfico de drogas, o que evidencia o efetivo risco de reiteração, estando justificada a prisão preventiva nos termos do art. 312 do CPP.

Com efeito, *"A garantia da ordem pública, para fazer cessar a reiteração criminosa, é fundamento suficiente para a decretação e manutenção da prisão preventiva."* (RHC n. 55.992/SP, Relator Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 19/3/2015, DJe 16/4/2015).

Ainda nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. PLEITO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. REITERAÇÃO DELITIVA. PRECEDENTES. PROPORCIONALIDADE ENTRE A PRISÃO CAUTELAR E EVENTUAL PENA A SER FIXADA. INCABÍVEL O EXAME. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

1. A imposição da segregação cautelar encontra-se devidamente fundamentada na garantia da ordem pública, ante o risco concreto de reiteração delitiva, considerando a reincidência do Recorrente, que possui duas condenações pelo crime de roubo majorado.

2. A jurisprudência da Suprema Corte é no sentido de que *"a periculosidade do agente e a fundada probabilidade de reiteração criminosa constituem fundamentação idônea para a decretação da custódia preventiva"* (HC n.º 150.906 AgR, Rel. Ministro ROBERTO BARROSO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 25/04/2018).

3. *"Não cabe a esta Corte proceder com juízo intuitivo e de probabilidade para aferir eventual pena a ser aplicada, tampouco para concluir pela possibilidade de fixação de regime*

diverso do fechado e de substituição da reprimenda corporal, tarefas essas próprias do Juízo de primeiro grau por ocasião do julgamento de mérito da ação penal" (STJ, HC n.º 438.765/RJ, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe 01/06/2018).

4. *Recurso ordinário desprovido.* (RHC 99.540/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, Sexta Turma, julgado em 18/10/2018, DJe 7/11/2018)

PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO E HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA. PRONÚNCIA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. REITERAÇÃO DELITIVA E PERICULOSIDADE DO AGENTE.

1. *A validade da segregação cautelar está condicionada à observância, em decisão devidamente fundamentada, dos requisitos insertos no art. 312 do Código de Processo Penal, revelando-se indispensável a demonstração de em que consiste o periculum libertatis.*

2. *Ao pronunciar o réu, deve o juiz, nos termos do art. 413, § 3º, do Código de Processo Penal, decidir, motivadamente, sobre a manutenção da prisão anteriormente imposta.*

3. *No caso, a prisão foi mantida para evitar a reiteração delitiva - porquanto o recorrente "responde a outras ações criminais por prática de homicídios nesta cidade, estando inclusive preso pela acusação de morte de outras pessoas, de onde se extrai o grave risco que o mesmo importa para a ordem pública" -, e em razão da sua periculosidade, pois, além de supostamente integrar uma associação criminosa voltada para a prática de crimes (dentre os quais homicídios em atividade típica de grupo de extermínio), consta do decreto, ainda, que o recorrente teria ameaçado delegados de polícia.*

4. *A técnica de motivação per relationem revela-se legítima se a decisão de pronúncia faz remissão expressa às circunstâncias ensejadoras da decretação de prisão preventiva.*

5. *A despeito de as matérias referentes à declaração de nulidade do feito e ao excesso de prazo terem sido objeto de enfrentamento pelo Juízo originário e terem sido atacadas pela via de habeas corpus, verifica-se que o Tribunal a quo não se debruçou sobre os temas quando provocado. Em vista desse cenário de negativa de prestação jurisdicional gizado pelo Tribunal de origem, esta Corte Superior de Justiça fica impedida de adentrar na quaestio, sob pena de incorrer em patente supressão de instância.*

6. *Recurso parcialmente conhecido, e, nessa extensão, desprovido. Ordem concedida de ofício para determinar que o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás aprecie as precitadas teses, como entender de direito.* (RHC 67.267/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, Sexta Turma, julgado em 11/9/2018, DJe 19/9/2018)

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO NA FORMA TENTADA E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIAS CONCRETAS. RISCO DE REITERAÇÃO. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. RECURSO IMPROVIDO.

1. *Para a decretação da prisão preventiva é indispensável a demonstração da existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria. Exige-se, ainda que a decisão esteja pautada em lastro probatório que se ajuste às hipóteses excepcionais da norma em abstrato (art. 312 do CPP), demonstrada, ainda, a imprescindibilidade da medida. Precedentes do STF e STJ.*

2. *Na espécie, a medida constritiva da liberdade foi mantida pelo Tribunal impetrado em razão da periculosidade dos recorrentes, evidenciada pelas circunstâncias concretas dos crimes imputados - reagiram a uma abordagem e tentaram empreender fuga, atirando contra os Guardas Municipais, porém foram detidos porque o veículo em que se encontravam capotou, permitindo, assim, a aproximação dos policiais. Além disso, o recorrente Andrei responde a outra ação penal perante o mesmo juízo Criminal, pela prática de homicídio qualificado, o que denota risco de voltar a cometer crimes graves, caso retorne à liberdade. Prisão preventiva mantida para garantia da ordem pública, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal. Precedentes.*

3. *Recurso ordinário em habeas corpus a que se nega provimento.* (RHC 75.427/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 2/2/2017, DJe 10/2/2017)

Registre-se, ademais, ser inviável a aplicação das medidas cautelares alternativas, consoante dispõe o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal, quando presentes os requisitos legais para a decretação da prisão preventiva.

Nesse sentido, a título de exemplo:

"Não é cabível a aplicação das medidas cautelares alternativas à prisão, in casu, haja vista estarem presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante determina o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal." (RHC n. 56.302/SP, Relator Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 16/6/2015, DJe 22/6/2015).

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, *b*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **nego provimento** ao recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator